



GEDIPE

# Relatório de Atividades **2020**

---

[www.gedipe.org](http://www.gedipe.org)



---

[info@gedipe.org](mailto:info@gedipe.org)  
[www.gedipe.org](http://www.gedipe.org)

Av. Infante Dom Henrique n.º 306 Lote 6, 1.º Piso  
1950-421 Lisboa Portugal

Tel: +351 218 400 187 (Geral)  
Tel: +351 218 400 188 (Hóteis)  
Tel: +351 218 400 189 (Outros Estabelecimentos)  
Fax: +351 218 463 735



# Relatório de Atividades **2020**



## Caros Associados,

O ano de 2020 foi extremamente atípico e frustrou algumas das expectativas de crescimento da atividade da GEDIPE, fundadas na dinâmica de aumento das nossas faturações e da cobrança efetiva, em virtude de uma parte considerável dos estabelecimentos que licenciam direitos de comunicação ao público terem tido de suspender compulsivamente a respetiva atividade. Neste sentido, a GEDIPE teve o gesto solidário que todos esperariam da parte de uma entidade séria, honesta e empenhada: estabeleceu uma moratória de 180 dias para os licenciamentos e emitiu um crédito no valor da tarifa, proporcional ao período da suspensão, a utilizar no período subsequente da renovação do licenciamento. Porém, o ano saldou-se por um crescimento da notoriedade da GEDIPE e da sua atividade, com um aumento dos estabelecimentos registados para efeito de licenciamento, por adesão voluntária, na sequência de ações de sensibilização e divulgação junto das Câmaras Municipais.

Em matéria de acompanhamento de atividade legislativa, o ano teve excelentes resultados práticos, fruto do empenho da GEDIPE junto dos Grupos Parlamentares, das Comissões Especializadas e do próprio Governo, que foi sensível às preocupações do setor da produção audiovisual independente, nomeadamente, aquando da transposição da Diretiva AVMS (Diretiva 2018/1808 de 14.11.2018).

Foi, finalmente, atribuído relevo legislativo à questão da detenção de direitos em matéria de qualificação das obras cinematográficas e audiovisuais, como sendo de produção independente. Espera-se, agora, que essa mesma qualificação tenha consequências visíveis na regulamentação concreta de limites à transmissibilidade dos direitos a favor dos operadores de televisão e OTTs, e mesmo na restrição temporal aplicável ao licenciamento de direitos de radiodifusão e/ou colocação à disposição do público.

Se é verdade que os sinais para 2021, em matéria de crescimento do entretenimento em casa, são positivos, pelas razões óbvias, ainda que possam não ser as melhores, ligadas ao confinamento, não é menos verdade que as perspetivas em matéria de cobrança de direitos de comunicação pública não são nada animadoras, também pelas mesmas razões, que se prendem com o encerramento compulsivo dos estabelecimentos, durante grande parte do ano, não obstante a atual reabertura.

É, portanto, previsível, para 2021, a manutenção dos níveis de receita no direito de retransmissão e também na remuneração equitativa da cópia privada, mas também uma difícil recuperação das receitas da comunicação pública ou ao público, atentas as incertezas relativas à possibilidade de novos encerramentos.

**António Paulo Santos**  
Diretor Geral

# Preâmbulo

Durante este ano de 2020, a atividade da GEDIPE foi impactada pela pandemia da COVID-19, como todos os demais setores de atividade económica, sobretudo pela redução das receitas no segmento de direitos de Comunicação ao Público, traduzindo-se, como era de esperar, numa redução de 25% face ao valor de 2019, que vinha em tendência crescente dos anos anteriores. Não obstante, logrou-se ultrapassar o valor de 1 milhão de euros e registou-se um crescimento de 6,5% no número de entidades registadas face a 2019.

Foi também o primeiro ano de cobrança de direitos no setor dos Aeroportos, da Hospitalização Privada e dos Ginásios, cujo Protocolo está em fase de ultimação. Também este setor foi bastante afetado pelo encerramento, como sabemos, pelo que se espera que, com o desconfinamento progressivo, se possa agora fechar acordo. Também se registaram vários avanços negociais no Protocolo com a AHPORT.

Noutra vertente, a atividade da GEDIPE foi bastante dinamizada pelo elevado número de reuniões “digitais”, nomeadamente na AGICOA, que registou um dos seus melhores anos em matéria de receitas e está em vias de adotar um sistema de cobranças de direitos de comunicação pública baseado no “benchmark” da GEDIPE, que tem vindo a ser considerado uma excelente prática.

Por último, mas não menos importante, a GEDIPE tomou uma iniciativa inédita, devida às extraordinárias circunstâncias do momento que atravessamos a nível nacional (e internacional), e lançou pela primeira vez um convite às produtoras audiovisuais, associadas ou beneficiárias da GEDIPE para a criação de conteúdos de ficção, animação ou documentários, de curta duração, não inferior a 5 minutos e superior a 15 minutos, relacionados com a proteção do direito de autor e direitos conexos nas plataformas digitais interativas e na internet, com vista à exibição das mesmas em televisão, ou qualquer outro meio de difusão.

Espera-se que os próximos tempos tragam uma melhoria ao nível das condições de produção cinematográfica e audiovisual, não apenas nas salas de cinema, que terão de ser fortemente incentivadas, como nas novas plataformas digitais que tiveram o seu grande momento de expansão devido à maior permanência do público em casa e, conseqüentemente, um aumento da procura.

Como é óbvio, a equipa está motivada, resiliente e mais capaz de enfrentar as dificuldades que não serão poucas, mas para tudo há uma primeira vez. A GEDIPE não é exceção, quando se afirma que ninguém, nenhum País e nenhuma instituição estavam preparados para enfrentar estas circunstâncias. O saldo e a resposta dada, mesmo assim, parecem-nos ter sido bastante animadores.

# Atividades Desenvolvidas

## Cooperação com outras entidades:

Por inerência das obrigações estatutárias assumidas em várias associações sem fins lucrativos, realizámos em cada uma das entidades:

### AGICOA

À semelhança dos anos anteriores mantivemos o nosso estatuto de membros do comité executivo, com todas as consequências que daí resultam ao nível do envolvimento no processo de gestão daquela entidade. Por outro lado, continuámos a beneficiar do sistema de distribuição de direitos (IRRIS), que nos permitiu durante este ano cumprir com os calendários de distribuição em vigor na GEDIPE.

### AGECOP

Nesta sociedade de gestão coletiva para a cobrança da cópia privada, mantivemo-nos a presidir à Assembleia Geral, tendo-se revelado extremamente positiva a cobrança de direitos efetuada por esta entidade. Pela primeira vez o montante global de cobranças ultrapassou os 20 milhões de euros.

### FEVIP

O apoio e cooperação que se manteve com a FEVIP durante este ano foi extremamente profícuo ao nível da proteção das obras audiovisuais usurpadas em ambiente digital, que levou ao bloqueio de 460 websites ilegais e à remoção de outros 165 websites e 3000 conteúdos da mesma natureza em Cyberlockers e no Youtube.

Também o apoio à campanha de regresso ao cinema se revelou um sucesso, tendo desempenhado um papel muito importante para os distribuidores de cinema associados da FEVIP.

### MAPiNET

A manutenção do apoio ao MAPiNET no âmbito da sua atividade permitiu o bloqueio, via DNS, de 1.365.423.668 de links que apontavam para um igual número de obras usurpadas em ambiente digital. Este programa, gerido também pela FEVIP, tem tido uma importância crescente no panorama político e audiovisual nacional, com sinais que permitem algum otimismo para o futuro do mesmo.

### ISAN Portugal

Não obstante um 2020 inauspicioso e inaudito, com particular agravamento no panorama audiovisual nacional, a agência ISAN Portugal foi contactada por múltiplos interessados em obter informações acerca do Sistema ISAN e das respetivas vantagens de se obter um registo. Destes contactos resultou o processamento de **622 obras audiovisuais**, repartidas por **seis clientes**, com predominância na ficção (séries e curtas-metragens), seguindo-se o género de documentário.

Abaixo podemos encontrar o registo integral das obras referenciadas no Sistema ISAN, contendo cada uma delas um número de identificação único, bem como toda a ficha descritiva concernente a Realizadores, Produtores e Atores:

# ISAN Portugal – Quadro Resumo

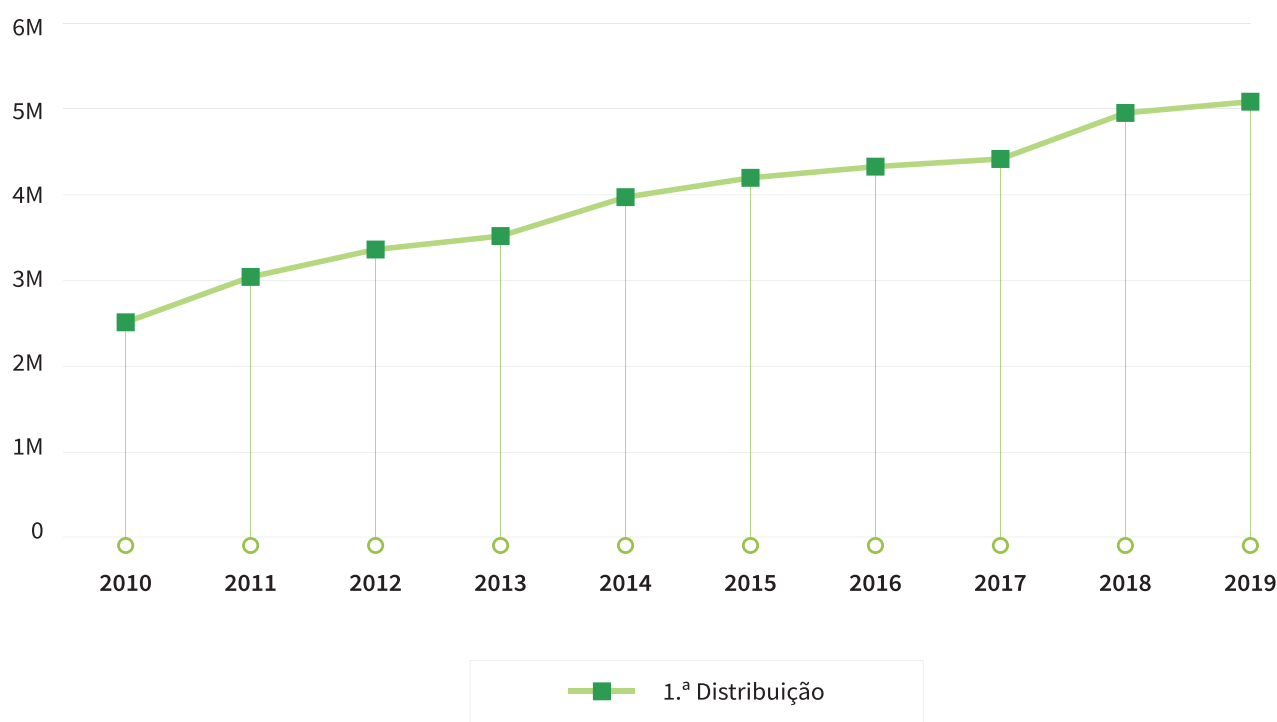
PRODUTORA	OBRA	TIPO	REGISTOS
<b>Frame Productions</b>	Boca do Inferno	Média-Metragem	Singular
<b>Golpe Filmes</b>	Um Som em Movimento	Curta-Metragem	Singular
<b>O Som e a Fúria</b>	Hotel Royal	Curta-Metragem	Singular
	Nha Mila	Curta-Metragem	Singular
<b>SP Televisão</b>	Alma e Coração	Telenovela	355 Episódios
	Nazaré (1.ª Temporada)	Telenovela	180 Episódios
	Nazaré (2.ª Temporada)	Telenovela	60 Episódios
<b>Ukbar Filmes</b>	A Arte de Morrer Longe	Telefilme	Singular
<b>Vende-se Filmes</b>	10x10 1.ª Edição	Curta	Singular
	10x10 2.ª Edição	Curta	Singular
	10x10 3.ª Edição	Curta	Singular
	B.I.	Documentário	Singular
	Cães que Ladram aos Pássaros	Curta	Singular
	Dia de Festa	Curta	Singular
	Luz Vermelha	Série	13 Episódios
	Outra Escola	Documentário	Singular
	Ser e Agir	Documentário	Singular
	Sophia, na Primeira Pessoa	Documentário	Singular

# Números & Distribuições | 2020

## Direitos de Retransmissão

Valores totais para distribuir nas primeiras distribuições de cada ano de programação em televisão (2010/2019). No ano de programação de 2010 distribuimos 2.514.538 euros. No ano de programação de 2019 chegámos aos 5.084.743 euros. Crescimento médio anual superior a 250.000 euros.

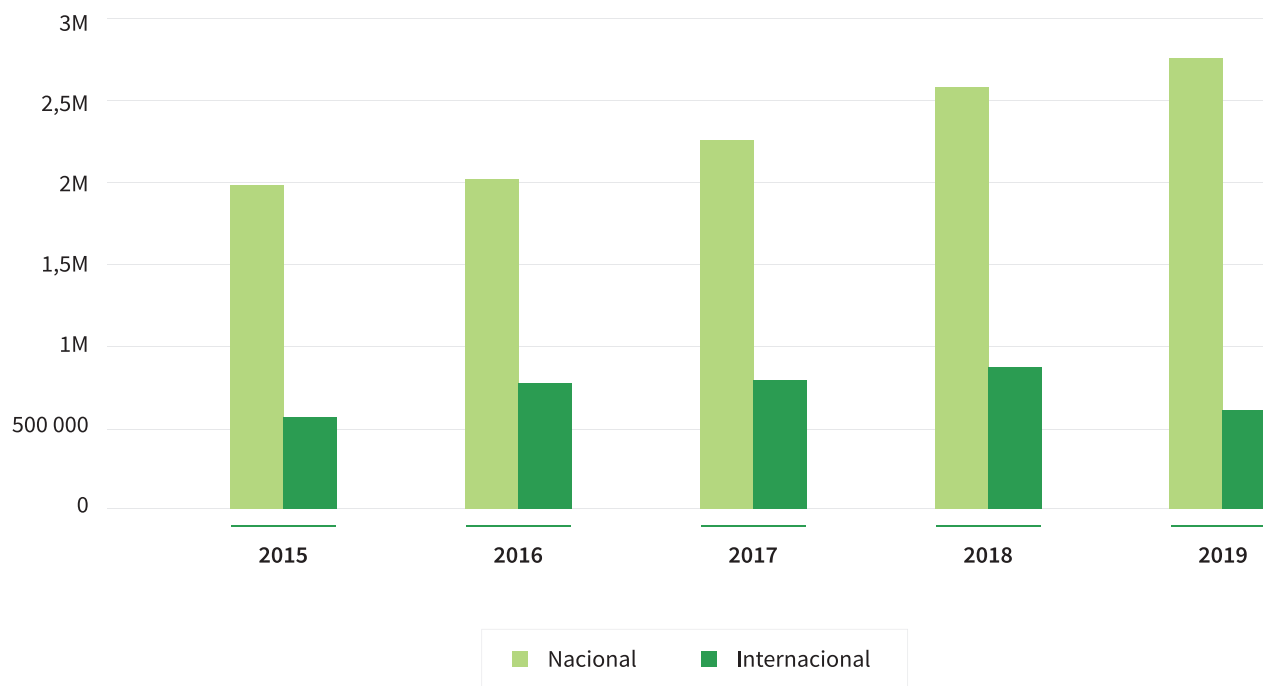
**GRÁFICO 1** PRIMEIRAS DISTRIBUIÇÕES - 2010/2019



Na primeira distribuição, relativa à programação em televisão do ano 2019, o montante a distribuir de obras identificadas totalizou 3.372.856 euros. A repartição correspondeu a 2.766.832 euros (82%) para os Titulares Nacionais e 606.024 euros (18%) para os Titulares Internacionais.

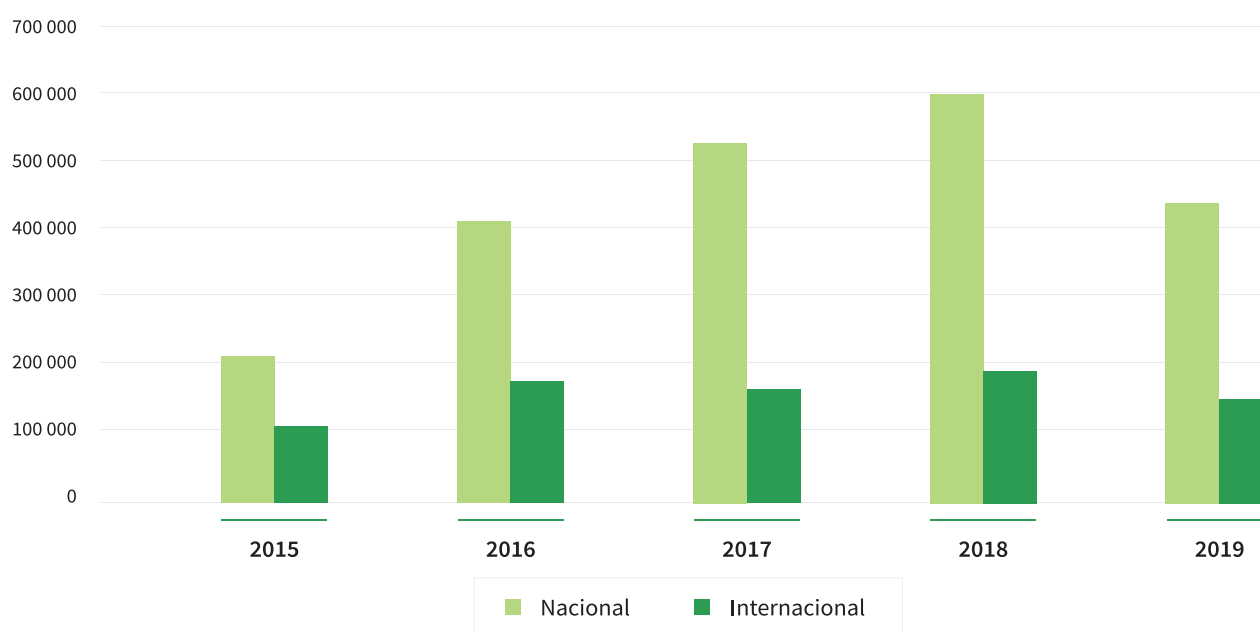


**GRÁFICO 2** DIREITOS RETRANSMISSÃO - 1.ª DISTRIBUIÇÃO - N VS I - ANO 2015/2019



Na distribuição final, relativa à programação em televisão do ano 2016, o montante total a distribuir foi de 552.758 euros. Este valor foi repartido pelos Titulares Nacionais com 75% e 25% para os Titulares Internacionais.

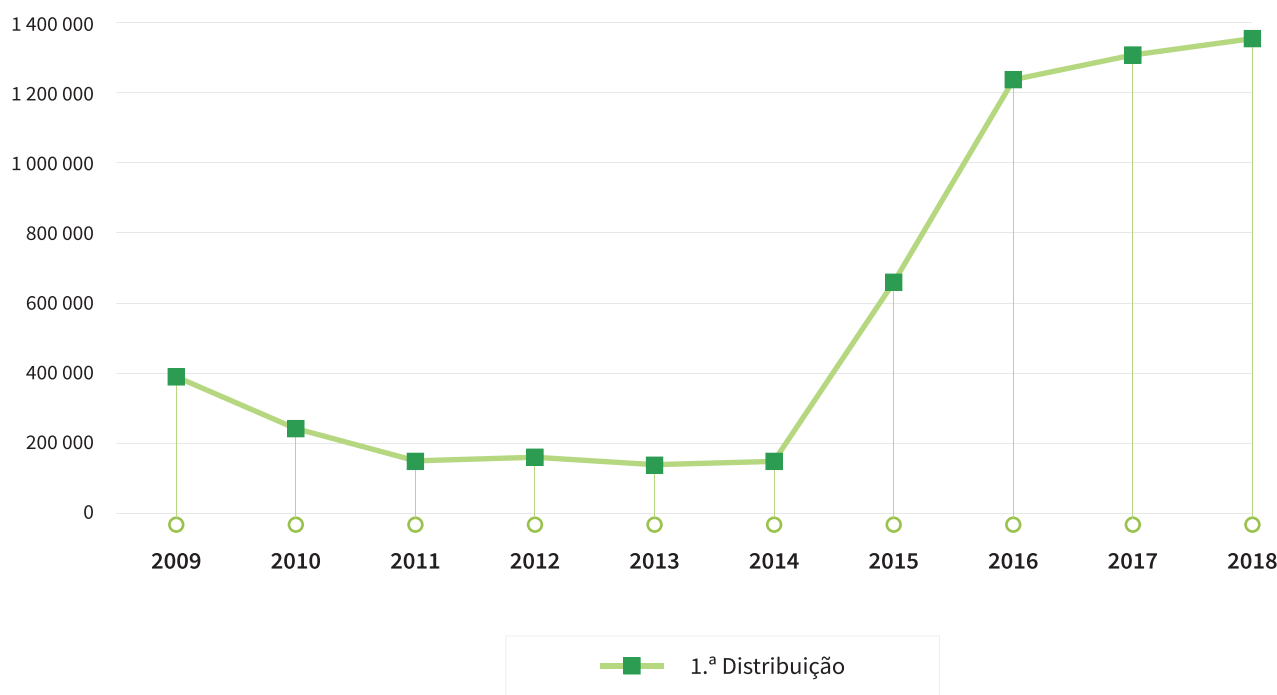
**GRÁFICO 3** DIREITOS RETRANSMISSÃO - DISTRIBUIÇÕES FINAIS - 2012/2016



## Direitos de Cópia Privada

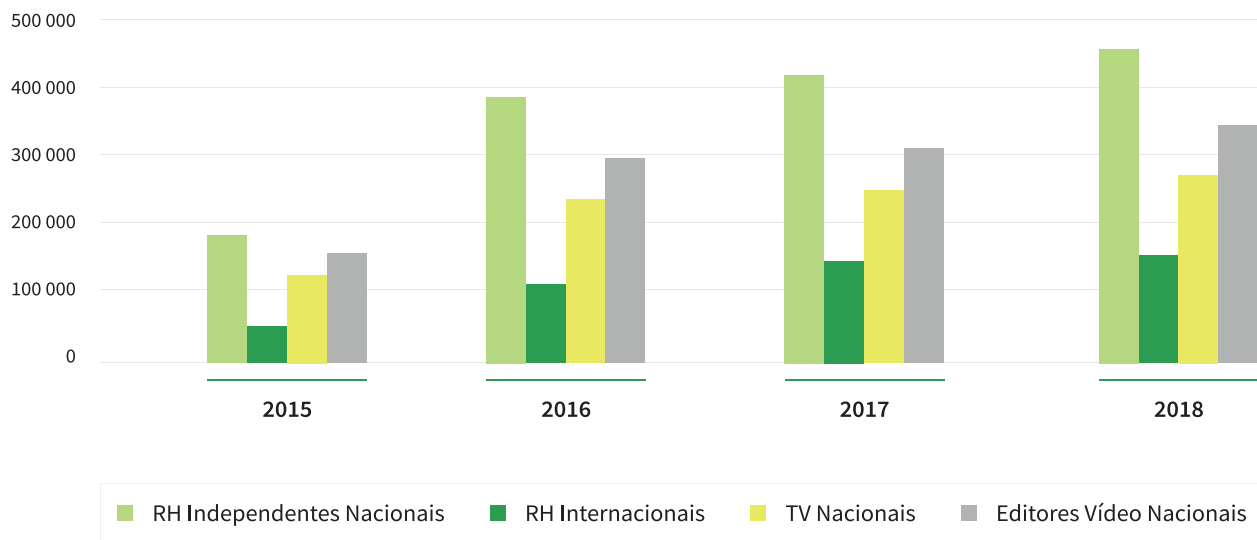
Valores totais para distribuir nas primeiras distribuições de cada ano de programação em televisão (2009/2018). No ano de programação de 2009 distribuímos 381.649 euros. Em 2018 totalizámos o valor de 1.357.153 euros. O aumento exponencial ocorre em 2014 com a alteração da Lei da Cópia Privada.

**GRÁFICO 4** DIREITOS CÓPIA PRIVADA - PRIMEIRAS DISTRIBUIÇÕES - 2009/2018



Na primeira distribuição, relativa à programação em televisão do ano 2019, o montante a distribuir de obras identificadas totalizou 3.372.856 euros. A repartição correspondeu a 2.766.832 euros (82%) para os Titulares Nacionais e 606.024 euros (18%) para os Titulares Internacionais.

## GRÁFICO 5 DIREITOS CÓPIA PRIVADA-PRIMEIRAS DISTRIBUIÇÕES-ANO PROGRAMAÇÃO-2015/2018



Na distribuição final, relativa à programação em televisão do ano 2015, o montante total a distribuir foi de 89.422 euros. Este valor foi repartido pelos Produtores Audiovisuais Independentes Nacionais com 75% e 25% para os Produtores Audiovisuais Internacionais.

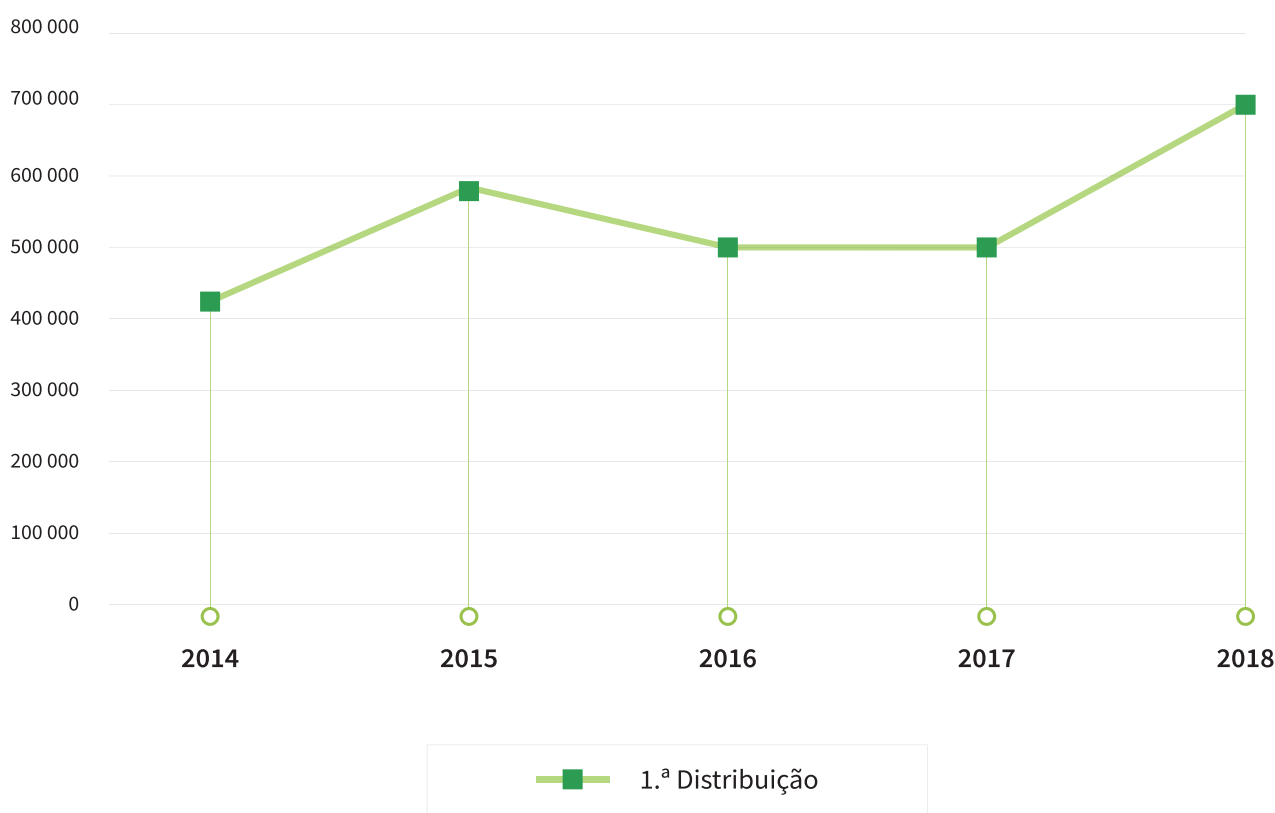
## GRÁFICO 6 DIREITOS CÓPIA PRIVADA - DISTRIBUIÇÕES FINAIS - 2012/2015



## Direitos de Comunicação Pública

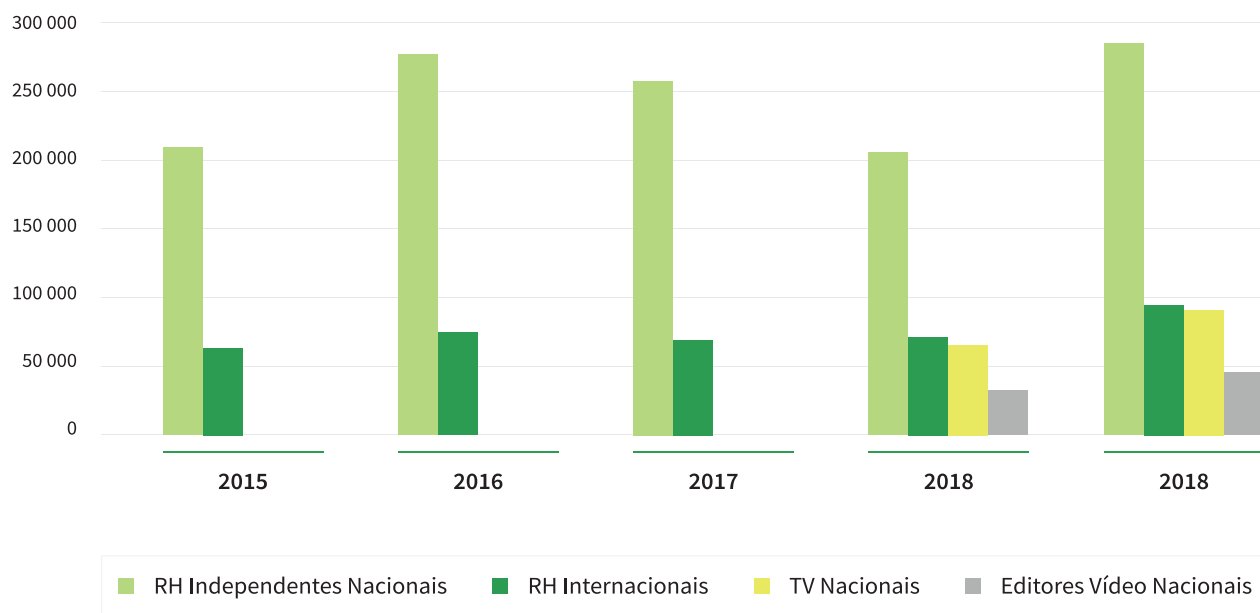
Valores totais para distribuir nas primeiras distribuições de cada ano de programação em televisão (2014/2018). No ano de programação de 2014 distribuimos 425.000 euros. Em 2018 foi possível distribuir o valor de 700.000 euros.

**GRÁFICO 7** DIREITOS COMUNICAÇÃO PÚBLICA HOTÉIS - PRIMEIRAS DISTRIBUIÇÕES - 2014/2018



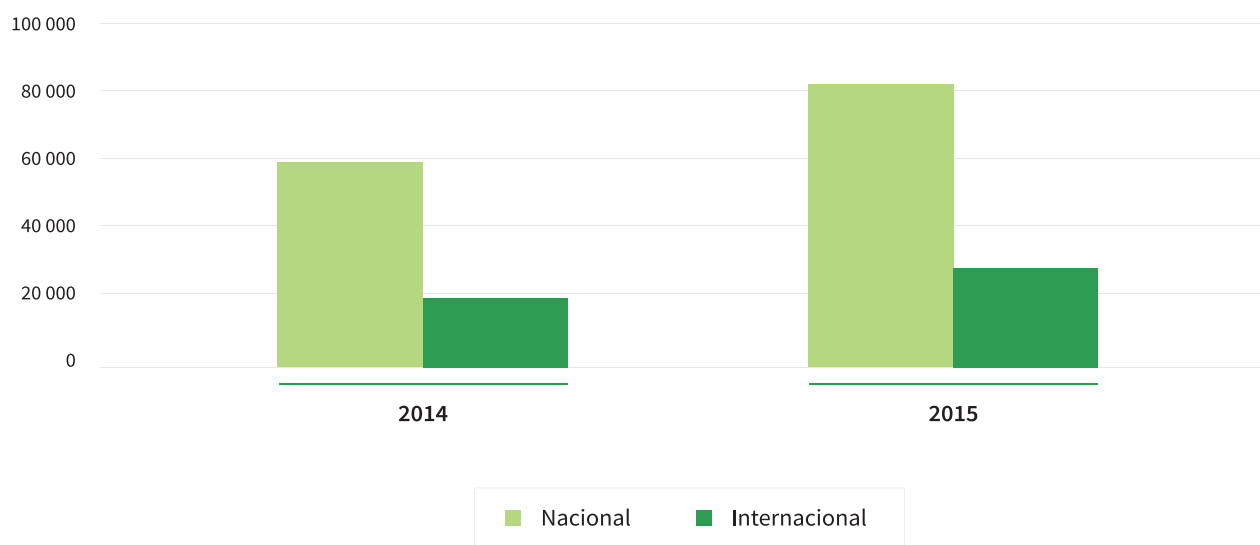
Na primeira distribuição, relativa à programação em televisão do ano 2018, o montante a distribuir foi repartido pelas Televisões Nacionais (91.224 euros), Editores de Vídeo Nacionais (45.612 euros) e Produtores Audiovisuais Independentes Nacionais (286.771 euros) e Produtores Audiovisuais Internacionais (94.705 euros).

**GRÁFICO 8** DIREITOS COMUNICAÇÃO PÚBLICA HOTÉIS - 1.<sup>as</sup> DISTRIBUIÇÕES - ANO PROGRAMAÇÃO 2014-18



Na distribuição final, relativa à programação em televisão do ano 2015, o montante total a distribuir foi de 110.209 euros. Este valor foi repartido pelos Produtores Audiovisuais Independentes Nacionais com 74% e 26% para os Produtores Audiovisuais Internacionais.

**GRÁFICO 9** DIREITOS COMUNICAÇÃO PÚBLICA HOTÉIS - DISTRIBUIÇÕES FINAIS - 2014/2015





# Direitos de Comunicação Pública Hotelaria e Hospitalização Privada



O ano de 2020 foi profundamente marcado pela pandemia da COVID-19 e pelo enorme impacto provocado a nível social e económico. Todas as áreas de negócio cujo desenvolvimento depende do contacto direto com o público, como os estabelecimentos turísticos ou a área da restauração e do comércio em geral, sofreram uma forte retração, o que naturalmente se repercutiu na expansão dos licenciamentos dos direitos conexos. Não obstante uma ligeira recuperação durante o Verão, o início da segunda vaga no Outono, ainda mais severa, leva-nos a concluir que o cenário sombrio ao nível da recuperação do tecido social e económico do País e da Europa em geral continuará a assolar o ano de 2021. Esperemos que o desenvolvimento do Plano de Vacinação Nacional contribua para uma possível retoma das atividades no tecido empresarial do País.

## Estabelecimentos Turísticos / medidas de apoio

A GEDIPE, reconhecendo as dificuldades que atravessam todas as entidades sujeitas ao licenciamento de direitos de comunicação pública, não pôde deixar de assumir, como é seu hábito, um papel social ativo, tendo estabelecido como prioridade a colaboração com as entidades licenciadas, bem como com as suas associações representativas a nível nacional. Nesse sentido, decidiu a GEDIPE lançar logo em março, no início da pandemia, o mecanismo solidário para o setor turístico nacional, estabelecendo uma moratória de 180 dias para os licenciamentos, bem como a emissão de um crédito no valor da tarifa, proporcional ao período da suspensão, a utilizar no período subsequente da renovação do licenciamento. Esta iniciativa mereceu elogios da parte das entidades afetadas pela pandemia, bem como da parte das respetivas associações de hotelaria e turismo nacionais.

Perante o panorama geral traçado, foi sem surpresa que se registou um recuo na faturação, na ordem dos 30%, atingindo-se o valor final de 1.086.992 euros. Há, no entanto, a registar que, não obstante a evolução negativa verificada na faturação em 2020, conseguimos evoluir positivamente ao nível do número de estabelecimentos registados, tendo-se concluído o ano com 1556 unidades turísticas registadas, representando um aumento de 6,35% face a 2019.



## Hospitalização Privada

O diálogo iniciado em 2019 com a APHP (Associação Portuguesa de Hospitalização Privada), foi coroado em 2020 com a assinatura do Protocolo entre a associação representativa do setor dos hospitais privados e a GEDIPE, abrindo caminho ao licenciamento dos direitos conexos junto das unidades de saúde particulares. Concluímos o ano com 38 estabelecimentos hospitalares privados licenciados, entre os quais se contam os principais grupos de saúde privados a operar em Portugal, como Luz Saúde, Mello Saúde e Lusíadas Saúde. A faturação atingiu o valor de 37 358 euros.

## Outras iniciativas

No ano de 2020 iniciámos, junto das Câmaras Municipais do País, um projeto de “Corporate Marketing”, tendo por objetivo a divulgação do nome da GEDIPE, sua génese e área de atuação. Reconhecendo-se a importância dos poderes autárquicos na divulgação de informação e sensibilização das populações e empresas locais, foi criado um folheto informativo sobre a GEDIPE, para divulgação nas áreas de atendimento dos municípios, tendo por público-alvo todo o tipo de estabelecimentos que carecem de licenciamento de direitos de comunicação pública. Durante o segundo semestre de 2020, procedemos à sua divulgação junto dos principais municípios do País, tendo-se já estabelecido dezenas de contactos frutíferos com Câmaras Municipais, no sentido de divulgarem a necessidade de licenciamento junto dos seus municípios e estabelecimentos em processo de abertura ou já em plena atividade. Esta iniciativa prosseguirá durante 2021, uma vez que temos por objetivo abranger a totalidade dos municípios de Portugal Continental e Ilhas.

# Direitos de Comunicação Pública em Geral

(Aeroportos, Restauração, Ginásios, Câmaras Municipais e Comércio em Geral)



### Aeroportos

Em 2020 todos os Aeroportos da ANA ficaram registados/licenciados, faturados e pagaram a sua licença.



### Cafés/Restaurantes

Obtivemos sucesso nas questões pendentes relativas aos pagamentos e todos os estabelecimentos registados do GRUPO IBERSOL pagaram a sua licença.

Quanto ao Protocolo com a APHORT, durante o ano de 2020 os avanços na concretização do protocolo sofreram um abrandamento, uma vez que, logo a seguir ao primeiro confinamento em março, recebemos a informação que, devido à COVID-19 e atentas todas as solicitações relacionadas com o surto, não lhes era possível, no momento, apresentar uma contraproposta ao futuro protocolo envolvendo os seus Associados exploradores de estabelecimentos de restauração e bebidas, pedindo compreensão para retomar todas as comunicações no sentido de avançar com o protocolo assim que lhes fosse possível.



### **Ginásios**

Logo no início do ano de 2020, foi realizada uma forte ação de incentivo ao licenciamento junto da grande maioria de Ginásios, Academias e Health Clubs de todo o País, com o envio de 814 cartas que informavam quem é GEDIPE e a necessidade e obrigatoriedade do licenciamento, remetendo para o efeito o respetivo formulário.

Entretanto, com o confinamento obrigatório, os ginásios tiveram de fechar e, em consequência disso, não obtivemos o resultado esperado.

Posteriormente, foi feita nova mailing para cerca de 80 ginásios, nomeadamente para os Grandes Grupos de Academias de Fitness em Portugal, que, coincidentemente, fazem parte dos Órgãos Sociais da AGAP – Portugal Activo, a saber: Fitness Hut, Balance, Fitness UP, Ginásio Club Português, Go Fit, Holmes Place, Magic HC, PUMP, Solinca, FiTi, com o mesmo objetivo.

Por fim, no final do Ano, pese embora a fase terrível que continuamos a atravessar com a Pandemia de COVID-19 e todas as restrições que foram impostas ao setor, fomos contactados pela AGAP no sentido de reunirmos e encetarmos negociações com vista à concretização do Protocolo.



### **Câmaras Municipais**

Em 2020 foi elaborado um Plano de Comunicação com todas as Câmaras Municipais do País.

Nesse sentido, desenvolveu-se o modelo de Flyer/tríptico, a apresentar e distribuir nas reuniões com os municípios, no sentido de divulgar o trabalho da GEDIPE e concretamente a necessidade do Licenciamento dos Direitos Conexos de Comunicação Pública de Videogramas dos novos estabelecimentos e nos já existentes.

Em 2020 foi enviada uma primeira carta para todas as 18 Câmaras Municipais capitais de Distrito, solicitando uma reunião com a GEDIPE, para se prestar toda essa informação, seguida de comunicação à ANMP e à Inspeção das Atividades Culturais.

Face à boa adesão, foram enviadas, posteriormente, cartas para todas as Câmaras Municipais do Continente e Ilhas, ao todo cerca de 308. Esta ação resultou em inúmeras reuniões por Zoom com muito sucesso. Recebeu, por parte dos Municípios, um feedback excelente, que se manifestou no envio de centenas de flyers às Câmaras e no envio, pelas mesmas, aos seus munícipes de comunicações com a informação GEDIPE e colocação de Editais nas próprias Câmaras e nos seus sítios eletrónicos.

Esta Ação não está fechada e irá ter continuação durante o ano de 2021.



### **Comércio em Geral:**

Em 2021 criou-se o tarifário para os Estabelecimentos Comerciais em Geral e Locais abertos ao público de todo o género. Trata-se de um tarifário mais abrangente, onde se incluem: Cabeleireiros, Centros de Enfermagem, Clínicas, Consultórios Médicos, Escritórios abertos ao público, Fábricas, Farmácias, Galerias de Arte, Garrafeiras, Salões de jogos e outros que não tenham tarifário específico.

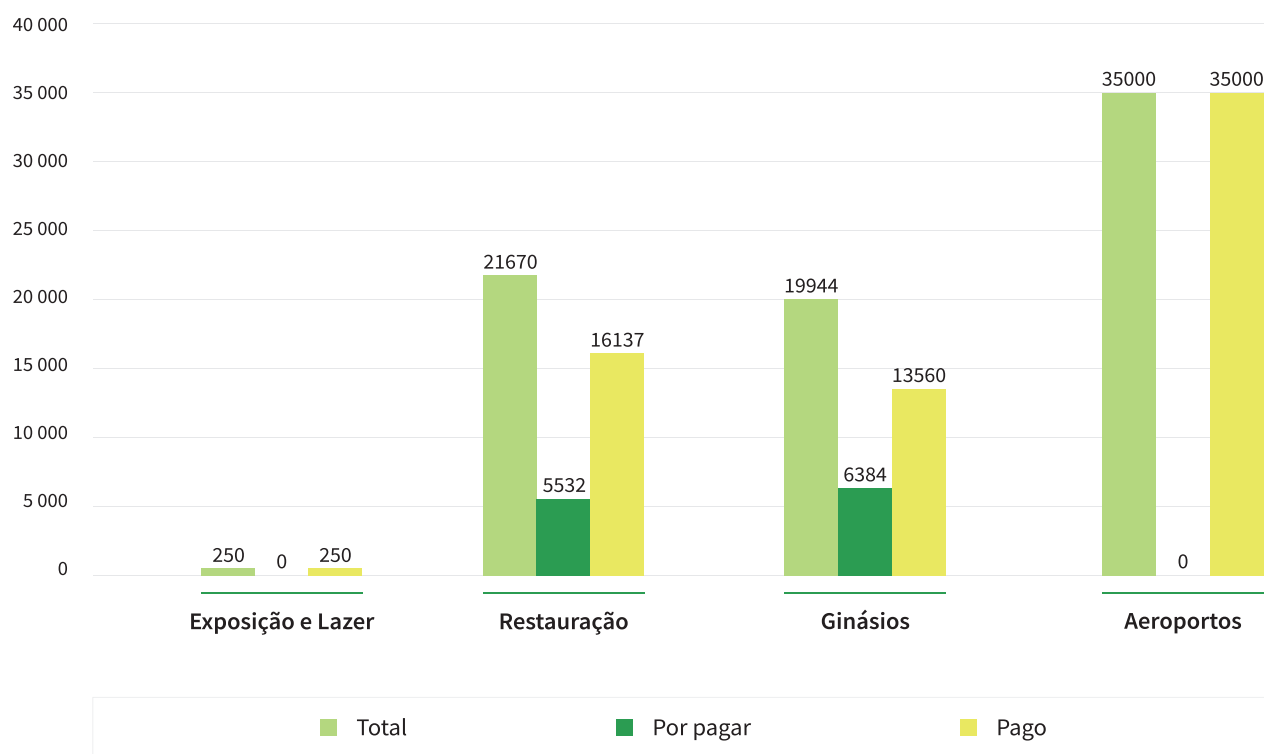
Foi feito o depósito do tarifário junto da IGAC.



## Licenciamentos em 2020

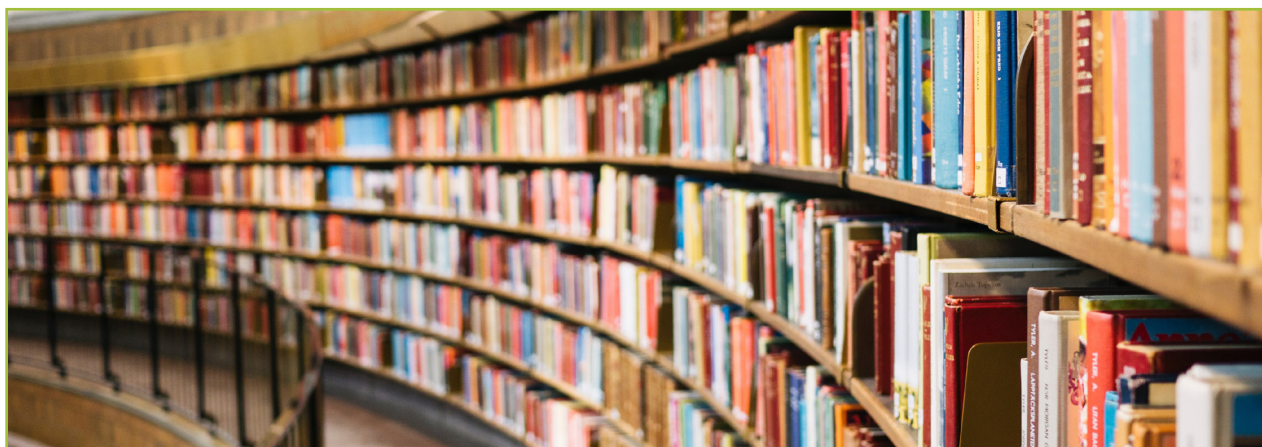


GRÁFICO 10 FATURAÇÃO 2020



# Gabinete de Estudos e Relações Externas

De acordo com o Plano de Atividades para 2020, o GERE propôs-se levar a cabo as seguintes atividades e tarefas:



**Manter um acompanhamento permanente da atualidade legislativa e jurisprudencial relativa ao Direito de Autor e aos Direitos Conexos e continuar a atualizar o sítio eletrónico da GEDIPE ([www.gedipe.org](http://www.gedipe.org));**

O sítio eletrónico [www.gedipe.org](http://www.gedipe.org), redirecionado para [https://www.gedipe.org/site\\_gedipe/main/](https://www.gedipe.org/site_gedipe/main/) tem sido regularmente atualizado em matéria de legislação e jurisprudência, sendo, de longe, o mais completo de entre todas as Entidades de Gestão Coletiva, nessa tipologia de conteúdos, e também aquele onde a informação é mais fácil de encontrar.

Logo no início de 2021 foi totalmente reformulado o lay out para o tornar mais atrativo e de navegação intuitiva. A este respeito também foram atualizados outros textos na página de acolhimento (Homepage) e as “perguntas frequentes” sobre os fins e a atividade da GEDIPE.

**Acompanhar e participar sempre que possível no esforço de transposição para Portugal das Diretivas (UE) 2019/790 e (UE) 2019/789 de 17 de abril com um impacto crucial na atividade da GEDIPE;**

As Diretivas em causa estão ainda em fase de anteprojeto de transposição por parte do Governo, mas o GERE tem mantido contactos regulares com o Ministério da Cultura no sentido de ser ouvido. A interação entre o GERE e o Ministério da Cultura tem tido resultados bastante concretos noutros diplomas legais, pelo que existe uma expectativa fundada em que se consiga fazer aprovar redações que reflitam as perspetivas e interesses concretos dos titulares de direitos por nós representados.

**Elaborar Memorandos e Notas breves acerca de aspetos atuais e importantes de Direitos de Autor e Direitos Conexos, como seja, os novos diplomas e decisões;**

Durante o ano de 2020 foram elaborados 15 Memorandos acerca de aspetos com relevo para a atividade da GEDIPE, com incidência particular sobre as medidas extraordinárias adotadas pelas autoridades em matéria de planos de contingência perante a pandemia de COVID-19, medidas de apoio à economia decorrentes do encerramento e da suspensão das atividades do setor cultural, acompanhamento da transposição da Diretiva (UE) 1808/2018 de 14.11.2018 que alterou a Diretiva 2010/13/UE de 10.03.2010 (Serviços de Comunicação Social Audiovisual), e Protocolo com a SCML, GDA e a AUDIOGEST com vista à criação do Fundo de Solidariedade com a Cultura que atribuiu mais de um milhão de euros de apoios aos profissionais do setor. Foram elaboradas Notas Breves sobre o apoio de Emergência a Projetos Culturais da DGAS, respostas a várias questões colocadas por vários interessados via **info@gedipe.org** e foi criado um documento contendo “informações úteis a novos beneficiários e associados” para envio a todos quantos se mostrarem interessados em aderir à GEDIPE.

**Participar ativamente na redação, e nos trabalhos de revisão, com vista à publicação, de uma obra subordinada ao tema “Os Produtores Audiovisuais Independentes em Portugal e na Europa”, a qual deverá cobrir o regime jurídico aplicável aos membros da GEDIPE;**

O livro encontra-se em fase de edição, e será editado pela prestigiada Editora ALMEDINA, que é a referência incontornável no panorama dos manuais de direito, teses de mestrado e doutoramento e todo o tipo de revistas especializadas em todas as áreas da ciência jurídica. A obra tem cerca de 500 páginas, incluindo os quadros de jurisprudência e bibliografia, divide-se em 8 títulos e mais de 40 capítulos, seguidos de conclusões e recomendações, que sintetizam o trabalho e permitem a quem não tenha “fôlego” ou tempo de ler tudo, ficar com todas as ideias principais.

**Desenvolver e editar comentários específicos de natureza jurídica sobre decisões jurisprudenciais ou propostas legislativas, à medida que vão sendo consagradas;**

O GERE efetivou esta vertente através dos artigos publicados nas 6 Newsletters editadas durante o ano de 2020.

**Promover e organizar todo o tipo de Colóquios, Seminários, Workshops ou outros formatos destinados à disseminação do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, dos quais, um, pelo menos, será de nível Internacional.**

Durante 2020, na sequência da pandemia que se evidenciou logo no início do ano, e da declaração do estado de emergência, em vigor a partir de 22 de março até 3 de maio, seguido do estado de calamidade e do estado de alerta e contingência e novamente do estado de emergência, a 06 de novembro, o qual se prologou para 2021 e ainda está em curso em abril, não possibilitaram a realização de Colóquios, Seminários ou Workshops durante o ano de 2020, muito menos tendo possibilitado as viagens necessárias à realização de uma Conferência de nível Internacional.

**Promover e organizar eventuais Sessões de Formação e de Esclarecimento quantas as que se mostrarem necessárias ou úteis ao desenvolvimento dos Direitos de Autor;**

Pelas mesmas razões expostas no ponto anterior, em 2020 não houve lugar a estas iniciativas.

**Preparação e produção de material promocional de apoio, nomeadamente, apresentações em powerpoint, leaflets, brochuras institucionais, posters e outro material de merchandising contra a pirataria digital, em particular, na área audiovisual.**

Na vertente de combate à pirataria, o GERE prestou apoio documental e estatístico ao MAPINET, fornecendo dados para artigos publicados em revistas e jornais da especialidade, bem como material de suporte a conferências nacionais e internacionais.



# Outros

## Conferências / Reuniões / Apoios e Parcerias 2020

### JAN 2020

22 de janeiro de 2020

**Audiência Grupo Parlamentar do PS** - No âmbito da revogação do Artigo 5º - da Lei da Cópia Privada (Lei 62/98 de 01.09.1998 alterada pela Lei n.º 49/2015 de 05.06.2015 e pelo Decreto-Lei n.º 100/2017 de 23.08.2017);

24 de janeiro de 2020

**Audiência Grupo Parlamentar do PSD** - No âmbito da revogação do Artigo 5º - da Lei da Cópia Privada;

27 de janeiro de 2020

**Participação na Reunião de Direção da AGECOP**, para discussão da revogação do artigo 5º -A da Lei da Cópia Privada;

29 de janeiro de 2020

**Reunião com os Drs. Ana César Machado/ Luís Drummond Borges da APHP** (Associação Portuguesa da Hospitalização Privada), para discussão da revogação do artigo 5º -A da Lei da Cópia Privada;

### FEV 2020

19 de fevereiro a 27 de maio de 2020

Parceria de apoio ao **Curso de Direito e Cinema** promovido pelo ICA e a Universidade Nova de Lisboa, a decorrer entre 19 fevereiro e maio 2020, com visionamento quinzenal de obras cinematográficas seguidas de debate sobre a obra na perspetiva do direito e do cinema.

24 a 26 de fevereiro de 2020

Reuniões Direção AGICOA/AGICOA Europa em Berlim, diversos temas estiveram em debate, entre os quais os acordos da France TV/ ANGOA, atualização sobre a Roménia, Plano de Distribuição 2020 e Derrogações às Regras de Distribuição, entre outros;

**MAR**  
2020

Em março, apesar da situação provocada pela COVID-19, a GEDIPE continuou sem interrupção no desenvolvimento do seu trabalho nas suas várias vertentes, das quais destacamos as atividades abaixo:

**Finalização do Acordo de Protocolo com a APHP - Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, tendo o mesmo entrado de imediato em vigor, ficando a Assinatura Pública do mesmo para ser realizada logo que a situação provocada pelo surto da COVID-19 permitisse as cerimónias públicas;**

### 3 de março de 2020

Participação do Diretor Geral da GEDIPE como Orador no **I Curso de Direito Procedimental e Processual da Propriedade Intelectual**, organizado pela **ICC Portugal**, tendo discursado sobre o tema “A atividade das entidades fiscalizadoras no âmbito dos direitos de propriedade intelectual”;

### 5 de março de 2020

Participação no **6º Encontro de Produtores Independentes de Televisão**, promovido pela **APIT - Associação de Produtores Independentes de Televisão**, no Centro Cultural de Belém.

Participação, a convite do Ministro de Estado e da Economia e da Transição Digital, no evento que teve lugar na Fundação Champalimaud, para apresentação do Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal;

### 22 de março de 2020

Participação no Evento “Prémios Sophia 2020” organizado pela Academia Portuguesa de Cinema, no Casino Estoril, entidade apoiada pela GEDIPE através do seu Fundo Social e Cultural;

**ABR**  
2020

### 7 de abril de 2020

Reunião do Conselho da AGICOA e AGICOA Europa por videoconferência, para discussão dos seguintes temas: Auditoria 2019 – Relatório abrangente da DELOITTE, Demonstrações financeiras e respetiva Apresentação e Relatório do Diretor Geral 2019, Relatório de Transparência, SEKAM, France TV/TV Maurícias – Alteração ao Acordo, Irlanda – BBC-VM Irlanda 13.ª Alteração;

## JUN 2020

### 22 de junho de 2020

Reuniões Direção da AGICOA / AGICOA Europe, videoconferência, nestas reuniões foram abordados temas como, Plano de Distribuição, Atualização da situação da Bélgica, França/ANGOA, Preparação das próximas reuniões do Conselho e das Assembleias Gerais, Atualização do Comité de Finanças, Atualização autorizações de assinatura junto da Banca, Finalização Auditoria e Relatório de Transparência 2019, Acordo com a EIRCOM – Irlanda, com a KPN (Holanda), Distribuições Islândia 2018 e o contencioso com as Maurícias;

## JUL 2020

### 1 de julho de 2020

Foi realizado um acordo entre a GEDIPE e a AUDIOGEST no âmbito da aplicação da denominada Lei da Cópia Privada para Repartição entre Produtores de Audiovisual (GEDIPE) e fonográficos (AUDIOGEST) das quantias cobradas pela AGECOP;

### 17 de julho de 2020

Submissão de memorando subscrito pela GEDIPE, AUDIOGEST, GDA e SPA à IGAC sobre as questões jurídicas e fiscais e outras variantes que condicionam, nesta instância, o eventual desenvolvimento do processo do Balcão de Licenciamento Conjunto;

### 31 de julho de 2020

Envio de Contributos à Presidente da Comissão de Cultura e Comunicação, Deputada Ana Paula Vitorino, relativos à proposta de lei n.º 44/XIV/1.<sup>a</sup> a propósito da Transposição da Diretiva (EU) 2018/1808 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de novembro de 2018, respeitante à oferta de serviços de comunicação social audiovisual.

## AGO 2020

### 4 de agosto de 2020

Assembleia Geral da AGICOA, por teleconferência, para aprovação do Relatório e Contas e do Relatório de Transparência da AGICOA relativos ao exercício de 2019 e para efetuar duas alterações aos Estatutos.

#### 8 de setembro de 2020

Reunião com o Ministério da Cultura para discussão do Projeto “Fundo de Solidariedade com a Cultura”;

#### 9 de setembro de 2020

Audiência presencial, na Assembleia da República, Palácio de S. Bento, com a Senhora Presidente da Comissão de Cultura e Comunicação, Deputada Ana Paula Vitorino, a propósito do PPL 44/XIV/1ª, no âmbito dos contributos enviados a propósito desta Proposta de Lei.

A Fundação GDA e a GEDIPE lançam o Programa Contratação+, programa que foi criado para responder a uma preocupação partilhada por ambas as entidades, que emerge da precariedade do mercado de trabalho para os atores no setor das artes, nomeadamente para os atores e atrizes até aos 30 e a partir dos 60 anos;

#### 24 de setembro de 2020

Apresentação do Programa Português de Licenciamento de Hotéis, através da Plataforma Teams, para a AGICOA e o seu parceiro em Londres (uma Sociedade de Gestão Coletiva de Obras Audiovisuais que conta entre os seus membros com autores, produtores, entre outros), com vista a aferir da viabilidade de desenvolverem um programa similar ao nosso para utilização como base de negócios pela AGICOA em diversos países;

#### 29 de setembro de 2020

Envio de Comentários e contributos no âmbito do PPL 473/XIV e 498/XIV/1.ª - da GEDIPE e FEVIP enviados à 1ª Comissão, a todos os Grupos Parlamentares da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Ministério da Cultura.

Reuniões Direção da AGICOA / AGICOA Europe, videoconferência por teams, nestas reuniões foram abordados temas como, Atualização Comité Financeiro, questão levantada por San-Fu Maltha, UPCT, Estudo sobre a unificação de direitos de produtor audiovisual, Datas de futuras reuniões estatutárias;

Audiência com Secretário de Estado da Cultura para preparação da realização do Evento Inside Content / “ONSERIES Lisboa 2021”;

## OUT 2020

### 30 de setembro de 2020

Reunião com IGAC e outras entidades de Gestão, para fazer um ponto de situação sobre Balcão de Licenciamento Conjunto.

### 2 de outubro de 2020

Envio de comentários e contributos à Proposta de Lei nº 44 XIV - Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, respeitante à oferta de serviços de comunicação social audiovisual;

### 7 de outubro de 2020

Participação na Reunião de Direção da AGE COP dia 7 de outubro às 15H, para Análise e discussão do Relatório do Fundo Cultural de 2019, do Relatório e Contas de 2019 e do Relatório Anual sobre a Transparência de 2019 e preparação da Reunião de 15 de outubro da Comissão de Acompanhamento da Lei da Cópia Privada na IGAC;

### 12 de outubro de 2020

Reunião com IGAC e outras sociedades de Gestão Coletiva, AUDIOGEST, GDA, SPA, AHRESP, CTP, por videoconferência, sobre Balcão de Licenciamento Conjunto;

### 16 de outubro de 2020

Participação na Reunião Direção da Agecop para preparação da Reunião com a Comissão de Acompanhamento da Lei da Cópia Privada na IGAC no próximo dia 22 outubro 2020;

### 19 de outubro de 2020

Projeto “**FUNDO DE SOLIDARIEDADE COM A CULTURA**” foi criado por uma iniciativa conjunta da AUDIOGEST, GDA, GEDIPE e SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, para dar resposta à situação de enorme fragilidade em que se encontra toda a comunidade artística e a indústria cultural, em geral, devido à pandemia que continua a assolar o mundo inteiro. A iniciativa foi anunciada nos principais meios de comunicação social e no website da GEDIPE ([www.gedipe.org](http://www.gedipe.org)).

## NOV 2020

### 22 de outubro de 2020

Reunião conjunta GEDIPE / AUDIOGEST / AGE COP com a Comissão de Acompanhamento IGAC relativamente à Lei Cópia Privada e no âmbito das alterações à lei 62/98;

### 30 de outubro de 2020

Reunião de Direção AGICOA por videoconferência para discussão e aprovação de Budget para 2021 e preparação da Assembleia geral entre outros assuntos;

### 9 de novembro de 2020

Reunião com representantes da AGAP (ASSOCIAÇÃO DE CLUBES DE FITNESS E SAÚDE), com vista ao estabelecimento de uma parceria com aquela entidade e assinatura de protocolo;

### 17 de novembro de 2020

Reunião de Direção da AGICOA e AGICOA Europa, por videoconferência, para aprovação dos Orçamento 2021, Plano de distribuição, entre outros assuntos;

## DEZ 2020

### 3 de dezembro de 2020

Reunião de Direção da AGE COP e Assembleia Geral Universal da AGE COP, via Zoom – para apresentação e aprovação de Plano de Atividades para 2021;

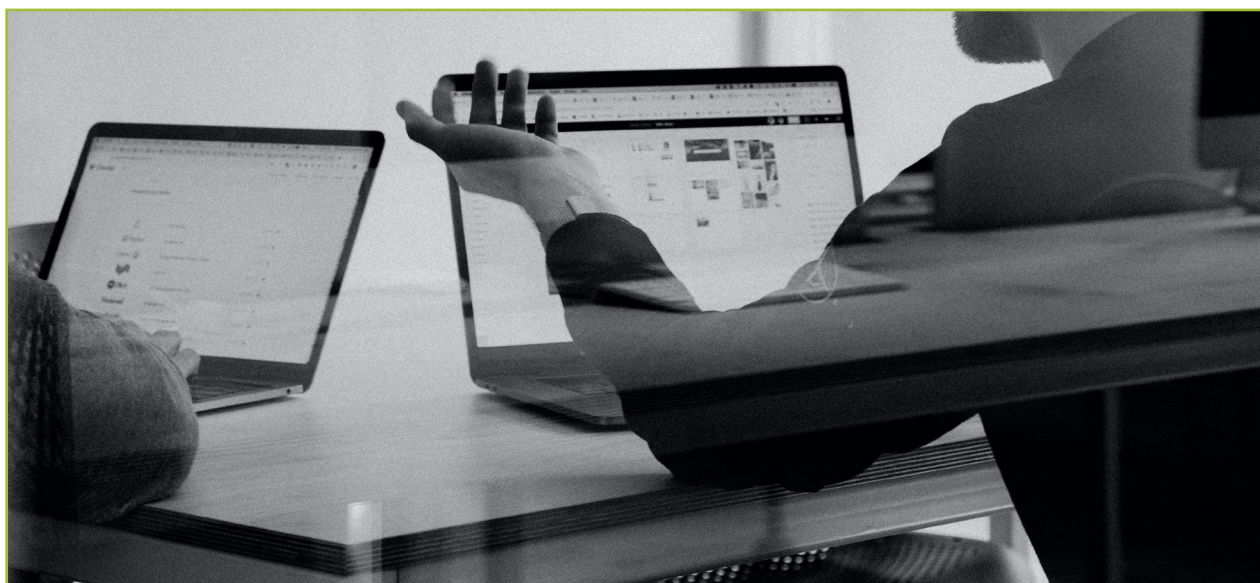
O Diretor Geral participou como Orador no webinar organizado pela APAJO- Associação Portuguesa de Apostas e Jogos Online, sobre “Bloqueio de sites ilegais: O que a indústria de jogo pode aprender com a indústria de conteúdos”, onde se debateram, entre outros assuntos, os mecanismos que estão hoje ao dispor da indústria de conteúdos para o bloqueio dos websites ilegais de streaming. Por ser um assunto que também impacta o sector que a APAJO representa, o webinar teve como principal objetivo saber se é possível utilizar mecanismos semelhantes aos existentes na indústria de conteúdos para bloquear sites ilegais de apostas e jogos online; e se há um caminho conjunto que possa ser trilhado para mitigar com mais eficácia este problema comum.

#### 14 de dezembro de 2020

Reuniões Direção da AGICOA / AGICOA Europe, realizada por teams, para preparação da Assembleias Gerais de 15 dezembro;

#### 15 de dezembro de 2020

Realização das Assembleias Gerais da AGICOA e AGICOA Europa, por videoconferência, para aprovação dos relatórios de Gestão, Orçamento 2021 e eleição de novos órgãos sociais, entre outros assuntos.



O Diretor Geral,  
**António Paulo Santos**



# 2020 | Execução Orçamental

Apresenta-se a execução orçamental global e detalhada (quadro em baixo), com referência ao período em análise.

Os recebimentos corresponderam ao montante de 737.263 euros (+12%). Os gastos tiveram uma execução no montante de 691.592 euros (+4%). O resultado da execução orçamental foi positivo em 45.671 euros (737.263 euros – 691.592 euros).

A percentagem dos custos de gestão (691.592 euros), dos direitos geridos, correspondeu a 7,27% correlativamente ao total de direitos debitados no montante de 9.507.786 euros.

## Recebimentos

As contribuições da AGICOA foram superiores em 24% através do orçamento extraordinário para apoio da vertente jurídica.

A comissão de gestão de direitos de retransmissão correspondeu essencialmente à distribuição do ano 2019 e distribuição final do ano 2016. A diferença de 26% correspondeu ao aumento do valor pago, aos titulares de direitos, permitindo em consequência o aumento dos valores recebidos desta comissão de gestão.

A comissão de gestão de direitos de cópia privada correspondeu essencialmente à distribuição do ano 2018 e distribuição final do ano 2015. A diferença de 27% correspondeu ao aumento de direitos distribuídos em consequência do aumento das receitas provenientes da AGECOP.

A contribuição da GDA (50%) e a transmissão interna da GEDIPE (50%) totalizaram o valor de 263.576 (100%) com a correspondência direta aos custos do Projeto de Cobrança de Direitos de Comunicação Pública.

## Gastos

### Gastos fixos

#### Gastos com o pessoal:

- Vencimentos, Segurança Social e Outros Encargos e Benefícios.
- O acréscimo deve-se essencialmente com as gratificações, referentes a 2019, aos Membros da Direção, aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, face ao extraordinário contributo dos mesmos na gestão da Associação.

### **Gastos de depreciação e amortização:**

- O aumento deve-se essencialmente às depreciações das viaturas adquiridas.

### **Sede:**

- A renda da nova Sede e condomínio, benfeitorias nas instalações, seguros com o imóvel.

### **Comunicações:**

- Economato, Estafetas, CTT, Telecomunicações, Ferramentas e utensílios e outras despesas.

## **Gastos operacionais**

### **Comunicação & Imagem:**

- Comunicação institucional e relações públicas, ADBD Communicare (agência de comunicação).

### **Estudos e pareceres/ Contencioso/Serviços Jurídicos:**

- Avenças e despesas contencioso e serviços jurídicos.

### **Despesas de representação/Deslocações:**

- Despesas de representação e reuniões, deslocações em viagens internacionais e nacionais, estadas e transportes, combustíveis, via verde, passes sociais.

### **Rendas e Alugueres:**

- Aluguer equipamentos (impressoras), seguros;

### **Consultoria, honorários e serviços externos:**

- Auditoria externa por FTPC, SROC.
- Revisão Oficial Contas, Vogal do Conselho Fiscal - MPMC, SROC.
- Contabilista Certificado, GESCEM Lda.
- Honorários, Traduções e legendagens.

### **Outros gastos e perdas:**

- Impostos, Impostos indiretos, Taxas e outros gastos e perdas.

### **GDA/GEDIPE Projeto Direitos Comunicação Pública:**

- O projeto de direitos de comunicação pública totalizou o montante de gastos no valor de 263.576 euros (-12%). Este gasto tem correspondência direta aos recebimentos em partes iguais financiados pela GEDIPE (50%) e GDA (50%).

- As despesas alocadas são diferenciadas conforme a utilização específica neste projeto:

Despesas com alocação a 100% para o projeto:

- VS & Associados, Sociedade de Advogados SPRL (contencioso e serviços jurídicos), Skeyra - Sistemas de Informação (Portal Gestão, Helpdesk & CRM), Gastos com o pessoal, Deslocações e estadas, combustíveis, portagens e aluguer de viatura (Departamento de Comunicação Pública);

Despesas com alocação percentual diferenciada, conforme a utilização e execução neste projeto:

- Contabilidade, SROC, Honorários, CTT, contencioso, agentes de execução, notariado, encargos bancários.

# GEDIFE

2020

Designação	Orçamento	Executado	Diferença	%execut
<b>Gastos</b>				
<i>Gastos fixos</i>				
<b>Gastos com o pessoal</b>	79,934	124,073	45,139	57%
<b>Gastos de depreciação e amortização</b>	15,000	41,532	26,532	177%
<b>Sede</b>	50,350	64,883	14,533	29%
<b>Comunicações</b>	10,337	19,112	8,775	85%
<i>Gastos operacionais</i>				
<b>Comunicação &amp; Imagem</b>	12,000	12,000	0	0%
<b>Estudos e pareceres</b>	20,000	0	-20,000	-100%
<b>Contencioso/Serviços Jurídicos</b>	18,000	19,592	1,592	9%
<b>Despesas de representação/Deslocações</b>	23,700	16,520	-7,180	-30%
<b>Rendas e alugueres</b>	14,301	3,216	-11,085	-78%
<b>Consultoria , honorários e serviços externos</b>	94,440	92,518	-1,922	-2%
<b>Outros gastos e perdas</b>	22,938	34,144	11,206	49%
<b>GDA/GEDIPE Projeto Direitos Comunicação Pública</b>				
<b>Gastos com o pessoal</b>	150,054	140,911	-9,143	-6%
<b>Contencioso/Serviços Jurídicos</b>	42,000	42,581	581	1%
<b>Comunicação &amp; Imagem</b>	9,913	2,277	-7,636	-77%
<b>Despesas de representação/Deslocações</b>	6,900	2,474	-4,426	-64%
<b>Rendas e alugueres</b>	5,310	6,105	795	15%
<b>Consultoria , honorários e serviços externos</b>	70,635	69,024	-1,611	-2%
<b>Outros gastos e perdas</b>	15,188	204	-14,984	-99%
<i>Imparidades clientes - perdas</i>		426	426	0%
<b>Total Gastos:</b>	<b>660,000</b>	<b>691,592</b>	<b>31,592</b>	<b>105%</b>

Designação	Orçamento	Executado	Diferença	%execut
------------	-----------	-----------	-----------	---------

## Recebimentos

<b>AGICOA</b>	220,000	272,303	52,303	24%
<b>Comissão de Gestão - Direitos Retransmissão</b>	90,000	113,448	23,448	26%
<b>Comissão de Gestão - Direitos Cópia Privada</b>	50,000	63,482	13,482	27%
<b>GDA/GEDIPE Proj. Direitos Comunicação Privada</b>	300,000	263,576	-36,424	-12%
<b>Venda Viatura</b>		9,000	9,000	
<b>Cedência de Espaço Sem Serviços (Fevip)</b>		9,000	9,000	
<b>Imparidade de clientes reversão</b>		1,820	1,820	
<b>MPA</b>		1,542	1,542	
<b>Correções</b>		3,092	3,092	

<b>Total Recebimentos:</b>	<b>660,000</b>	<b>737,263</b>	<b>77,263</b>	<b>112%</b>
----------------------------	----------------	----------------	---------------	-------------

<b>Resultado antes de IRC (Execução Orçamental):</b>		45,671	45,671	
Imposto estimado para o período:		14,958	14,958	
<b>Resultado Líquido:</b>		<b>30,713</b>	<b>30,713</b>	





**GEDIPE**